



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007699-20.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Sistema Nacional de Trânsito**
 Impetrante: **DIALESON CLEY MUNHOZ DA SILVA**
 Impetrado: **DIRETOR DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

DIALESON CLEY MUNHOZ DA SILVA impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora da 26ª CIRETRAN de São Carlos, que lhe teria negado a expedição da CNH definitiva, uma vez que foi autuado, em 17/03/2011, por ter praticado a infração descrita no artigo 244, inciso II, do CTB, infração considerada gravíssima (sete pontos). Aduz que a Resolução CONTRAN nº 453/2013 reclassificou a referida infração como leve (três pontos) e, assim, requer a concessão da segurança para que seja aplicado ao presente caso o princípio da retroatividade da lei mais benéfica, reclassificando a infração descrita na inicial para a de natureza leve.

A liminar foi indeferida (fls. 59/60). Desta decisão, o impetrante interpôs agravo de instrumento (fls. 66), que está pendente de julgamento.

A autoridade coatora prestou informações às fls. 91/96, aduzindo que o impetrante cometeu infração de trânsito gravíssima durante o período de validade da Permissão para dirigir, não atendendo à condição prevista no artigo 148, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre o mérito e objeto do presente mandado de segurança por estar ausente o interesse público (fls. 100/101).

O Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN requereu sua admissão na lide como assistente litisconsorcial (fls. 103).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Primeiramente, nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

12.016/2009, admito o ingresso ao feito, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, como assistente litisconsorcial. Anote-se.

A situação enfocada nestes autos permite seja concedida a segurança pleiteada.

Com efeito, no dia 17/03/2011, o impetrante foi autuado com base no artigo 244, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro, em razão de transportar passageiro sem o uso de capacete em sua motocicleta (fls. 96). Na data do fato em questão, estava em vigor a Resolução nº 203/06 do CONTRAN, que assim determinava em seus artigos 3º e 4º:

Art. 3º O condutor e o passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizado e quadriciclo motorizado, para circular na via pública, deverão utilizar capacete com viseira, ou na ausência desta, óculos de proteção. [...]

Art. 4º O não cumprimento das disposições contidas nesta Resolução implicará nas sanções previstas nos incisos I e II do Art. 244 do Código de Trânsito Brasileiro, conforme o caso.

Destarte, a multa em questão foi corretamente lavrada ao tempo da infração, ocasião em que era considerada gravíssima, com as penas de multa e suspensão do direito de dirigir, nos termos do art. 244, inciso II, do CTB:

Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

(...)

II - transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;

(...)

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa e suspensão do direito de dirigir;

Contudo, há que se observar que, no dia 26 de setembro de 2013, isto é, após a lavratura do auto de infração, entrou em vigor a Resolução nº 453 do CONTRAN, que modificou a regulamentação em questão, revogando a resolução anterior e determinando a aplicação da sanção prevista no art. 169 do CTN para essa espécie de infração:

Art. 3º O condutor e o passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

triciclo motorizado e quadriciclo motorizado, para circular na via pública, deverão utilizar capacete com viseira, ou na ausência desta, óculos de proteção, em boas condições de uso.

(...)

Art. 4º Dirigir ou conduzir passageiro em descumprimento às disposições contidas nesta Resolução implicará nas sanções previstas no CTB, conforme abaixo:

(...) II - utilizando viseira ou óculos de proteção em descumprimento ao disposto no art. 3º ou utilizando capacete não afixado na cabeça conforme art. 1º: art. 169 do CTB;

Por seu turno, da análise do art. 169 do CTB, extrai-se que referida infração foi reclassificada como de natureza leve, cuja pena cominada é exclusivamente de Multa:

Art. 169. Dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança:

Infração - leve; Penalidade multa.

Assim, sendo a norma posterior mais benéfica, por prever apenas a pena de multa, faz-se necessário reconhecer a sua retroatividade. Nesse ponto, é importante ressaltar que a retroatividade da lei punitiva mais benéfica aplica-se inclusive no caso de infrações administrativas, por analogia ao disposto no art. 5º, inciso XL, da Constituição Federal, conforme entendimento exposto pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. PODER DE POLÍCIA. SUNAB. MULTA ADMINISTRATIVA. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA. POSSIBILIDADE. ART. 5º, XL, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRINCÍPIO DO DIREITO SANCIONATÓRIO. AFASTADA A APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. I. O art. 5º, XL, da Constituição da República prevê a possibilidade de retroatividade da lei penal, sendo cabível extrair-se do dispositivo constitucional princípio implícito do Direito Sancionatório, segundo o qual a lei mais benéfica retroage. Precedente. II. Afastado o fundamento da aplicação analógica do art. 106 do Código Tributário Nacional, bem como a multa aplicada com base no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil. III. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1153083/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 19/11/2014).

É que no caso, além da nova classificação constituir uma infração de natureza leve, prevendo apenas a pena de multa, a anotação anterior, de infração de natureza gravíssima, no prazo de validade da permissão de dirigir do impetrante, impede que ele obtenha a sua Carteira Nacional de Habilitação, a teor do que dispõe o art. 148, § 3º, do CTN:

Art. 148. § 3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

Deste modo, uma vez que houve a reclassificação da infração em questão como de natureza leve, ela deixou de obstar a concessão da Carteira Nacional de Habilitação, razão pela qual há de ser aplicada ao caso em análise. Em casos idênticos, assim já se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça:

Ação de nulidade de punição por infração de trânsito. Pretensão de obstar a suspensão do direito de dirigir. Multa por conduzir motocicleta com a viseira do capacete levantada. Infração que, à época dos fatos, era considerada gravíssima pela Resolução CONTRAN n. 203/06. Advento da Resolução CONTRAN n. 453/13, que reclassificou a infração para 'leve'. Retroatividade legal da norma benéfica, inclusive no âmbito administrativo. Precedentes. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Relator(a): Antonio Celso Aguilar Cortez; Comarca: Presidente Prudente; Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 01/06/2015; Data de registro: 03/06/2015).

Apelação Ação anulatória de Auto de Infração de Trânsito Expedição de Carteira Nacional de Habilitação [...]. Pagamento da multa Interesse do autor que remanesce, na medida em que o cancelamento ou abrandamento da infração viabiliza a concessão da CNH. Auto de Infração Irregularidade - Inexistência Descrição inteligível da infração cometida pelo autor Impossibilidade de anulação do auto de infração. Apelante que foi autuado por conduzir motocicleta com capacete sem viseira durante o prazo de validade da Permissão para Dirigir Infração de natureza gravíssima - Superveniência da Resolução no 453 do CONTRAN que enquadrava a conduta do autor no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

artigo 169 do CTB, passando a ser considerada infração de natureza leve. Retroatividade da norma mais benéfica Admissibilidade Precedentes do E. STJ e E. TJ/SP Infração que não constitui mais óbice à expedição de Carteira Nacional de Habilitação. Ação julgada parcialmente procedente Recurso provido em parte. (Relator(a): Renato Delbianco; Comarca: Pirassununga; Órgão julgador: 2ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 14/04/2015; Data de registro: 16/04/2015).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, concedendo a segurança, para determinar a reclassificação da infração, descrita na inicial, no artigo 169 do Código de Trânsito Brasileiro, anotando-se no prontuário do impetrante a respectiva infração de natureza leve, devendo lhe ser expedida a Carteira Nacional de Habilitação definitiva, desde que, evidentemente, estejam preenchidos os demais requisitos exigíveis e inexistentes quaisquer outros óbices à expedição.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

Comunique-se ao Egrégio Tribunal de Justiça o teor desta Sentença, em vista do agravo de instrumento interposto.

P.I.

São Carlos, 06 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**